

ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARÍLIA EVANGELISTA SOTA FAVINHA - CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Entrevistada:

*Marília Evangelista Sota Favinha*¹

 <https://orcid.org/0000-0003-2062-5641>

Entrevistadores:

*Luiz Gustavo Tiroli*²

 <https://orcid.org/0000-0002-7912-8319>

*Adriana Regina de Jesus Santos*³

 <http://orcid.org/0000-0002-9346-5311>

RESUMO

A professora Marília Favinha é doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Évora (2007), possui mestrado em História Cultural e Política Contemporânea de Portugal pela Universidade Nova de Lisboa (1997) e licenciatura em Ensino de História pela Universidade de Évora (1992). Atualmente, exerce o cargo de Professora Auxiliar no Departamento de Pedagogia e Educação, onde se destaca como conselheira na Assembleia de Departamento. Além disso, é diretora de dois programas de mestrado: o Mestrado em Ciências da Educação, com ênfase em Administração, Regulação e Políticas Educativas, e o Mestrado em Ciências da Educação oferecido em São Tomé e Príncipe, ambos na área de Ciências da Educação. A professora dedica-se aos temas do currículo, formação de professores e gestão escolar, orientando teses e dissertações, além de trabalhar no intercâmbio entre países lusófonos. Nessa entrevista, a professora discute desafios e perspectivas contemporâneas do sistema educacional português. Entre os temas explorados estão as etapas formativas para atuação na educação básica e no ensino superior, as políticas curriculares, o envelhecimento do corpo docente e os impactos do intercâmbio acadêmico entre os países lusófonos. Sua experiência, aliada à atuação internacional, oferece uma análise aprofundada das políticas educacionais portuguesas e suas interfaces com a cooperação internacional, destacando as contribuições mútuas entre Portugal e outras nações.

Palavras Chave: Entrevista; Currículo; Formação de professor; Portugal.

¹Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Évora (2007). Professora Auxiliar no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Endereço eletrônico: mfavinha@uevora.pt.

²Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Currículo, Formação e Trabalho Docente da Universidade Estadual de Londrina (DGP/CNPq/UEL). Endereço eletrônico: luiz.gustavo.tiroli@uel.br.

³Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (PPEdu-UEL). Líder do grupo estudo e pesquisa cadastrado no CNPq: Currículo, Formação e Trabalho Docente. Endereço eletrônico: adrianar@uel.br.

INTERVIEW WITH PROFESSOR MARÍLIA EVANGELISTA SOTA FAVINHA - CURRICULUM AND TEACHER TRAINING IN PORTUGAL: CONTEMPORARY CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

Professor Marília Favinha holds a Ph.D. in Educational Sciences from the University of Évora (2007), a master's degree in Cultural History and Contemporary Politics of Portugal from the Nova University of Lisbon (1997), and a bachelor's degree in History Teaching from the University of Évora (1992). She currently serves as an Assistant Professor in the Department of Pedagogy and Education, where she stands out as a counselor in the Department Assembly. In addition, she is the director of two master's programs: the Master's in Educational Sciences, with an emphasis on Administration, Regulation, and Educational Policies, and the Master's in Educational Sciences offered in São Tomé and Príncipe, both in the field of Educational Sciences. Professor Favinha focuses on topics related to curriculum, teacher training, and school management, supervising theses and dissertations, while also promoting academic exchange among Portuguese-speaking countries. In this interview, she discusses contemporary challenges and perspectives of the Portuguese educational system. Topics explored include formative stages for working in basic education and higher education, curriculum policies, the aging teaching workforce, and the impacts of academic exchange among Portuguese-speaking countries. Her experience, combined with her international involvement, offers an in-depth analysis of Portuguese educational policies and their intersections with international cooperation, highlighting the mutual contributions between Portugal and other nations.

Keywords: Interview; Curriculum; Teacher training; Portugal.

ENTREVISTA CON LA PROFESORA MARÍLIA EVANGELISTA SOTA FAVINHA - CURRÍCULO Y FORMACIÓN DE PROFESORES EN PORTUGAL: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS CONTEMPORÁNEAS

RESUMEN

La profesora Marília Favinha es doctora en Ciencias de la Educación por la Universidad de Évora (2007), tiene un máster en Historia Cultural y Política Contemporánea de Portugal por la Universidad Nova de Lisboa (1997) y una licenciatura en Enseñanza de Historia por la Universidad de Évora (1992). Actualmente, desempeña el cargo de Profesora Auxiliar en el Departamento de Pedagogía y Educación, donde destaca como consejera en la Asamblea del Departamento. Además, es directora de dos programas de máster: el Máster en Ciencias de la Educación, con énfasis en Administración, Regulación y Políticas Educativas, y el Máster en Ciencias de la Educación ofrecido en Santo Tomé y Príncipe, ambos en el área de Ciencias de la Educación. La profesora se dedica a los temas del currículo, la formación de profesores y la gestión escolar, orientando tesis y disertaciones, además de trabajar en el intercambio entre países de habla portuguesa. En esta entrevista, la profesora analiza los desafíos y perspectivas contemporáneas del sistema educativo portugués. Entre los temas abordados se encuentran las etapas formativas para la actuación en la educación básica y la enseñanza superior, las políticas curriculares, el envejecimiento del cuerpo docente y los impactos del intercambio académico entre países lusófonos. Su experiencia, junto con su actuación internacional, ofrece un análisis profundo de las políticas educativas portuguesas y sus interfaces con la cooperación internacional, destacando las contribuciones mutuas entre Portugal y otras naciones.

Palabras clave: Entrevista; Plan de estudios; Formación del profesorado; Portugal.

Tema: Desafios da Educação portuguesa

Entrevistadores:

O sistema educacional português, assim como o de outros países, passa por transformações e enfrenta desafios para atender às demandas de um mundo em constante mudança. A sua trajetória, professora, inclui o compromisso com a formação dos profissionais da educação e a colaboração entre países lusófonos, portanto, a senhora tem uma visão singular sobre a educação em Portugal e suas nuances. Nesse contexto, quais são os principais desafios enfrentados pelo sistema educacional português atualmente?

Professora Marília Favinha:

Boa tarde. Hoje, um dos grandes desafios do sistema educacional português é garantir a permanência com qualidade de todos os alunos. Portugal possui um modelo avançado de escolaridade obrigatória, que se estende desde o pré-escolar (4 anos) até os 18 anos ou ao final do 12º ano. No entanto, enfrentamos lacunas na manutenção efetiva desses alunos na escola. Diferentemente de países como os EUA ou o Reino Unido, onde há responsabilização mais rigorosa dos pais em casos de abandono escolar.

O sistema português aposta na escola como o melhor espaço para a permanência e desenvolvimento desses jovens. A escolaridade obrigatória até os 18 anos é amplamente reconhecida como positiva, mas o desafio é garantir que essa permanência resulte em sucesso escolar, qualidade e eficiência. Isso inclui dar respostas adequadas a todos os perfis de alunos: desde aqueles com necessidades educativas especiais até os que enfrentam riscos devido a contextos socioeconômicos desfavoráveis, como algumas minorias. É importante que esses alunos não apenas permaneçam na escola, mas tenham percursos bem-sucedidos.

Outro ponto importante é reduzir as taxas de retenção e abandono no ensino secundário. Programas e projetos alinhados às necessidades dos alunos são fundamentais para prepará-los para o mercado de trabalho e para uma cidadania ativa. Por exemplo, em Portugal, para obter a carta de condução, o aluno precisa concluir pelo menos o 9º ano. Isso demonstra o impacto social da educação e a importância de evitar que jovens abandonem precocemente os estudos.

No ensino superior, os desafios também são significativos. Um exemplo é a necessidade de respostas descentralizadas para uma população assimétrica, já que a maior concentração está no Norte e no litoral do país. É essencial que o interior, especialmente o Sul, tenha mais ofertas de cursos e melhores condições para que os alunos permaneçam nesses territórios. A Universidade de Évora, por exemplo, tem buscado ampliar sua oferta com cursos estratégicos.

Estamos muito satisfeitos com a abertura do mestrado em Medicina, algo inédito na universidade. Essa iniciativa, somada a cursos já existentes na área da saúde, como Enfermagem e Reabilitação Psicomotora, visa atrair mais estudantes e fortalecer o desenvolvimento das regiões do interior. Os desafios são muitos, mas o esforço é contínuo para garantir educação de qualidade, equitativa e acessível a todos.

Entrevistadores:

Algo que chama a atenção é que também vivenciamos no Brasil assimetrias regionais, como entre Norte/Nordeste e Sudeste/Sul. A professora mencionou que, em Portugal, essa assimetria se reflete no ensino superior. Parece que essa desigualdade também se manifesta na educação básica e envolve fatores econômicos e políticos entre o Norte e o Sul de Portugal. Poderia comentar brevemente sobre isso?

Professora Marília Favinha:

Sim, existe uma forte assimetria entre o Norte e o Sul de Portugal, especialmente no que diz respeito à população e à atividade econômica. O Sul, particularmente o interior, é muito pouco povoado e possui uma presença industrial bastante reduzida. Já o Norte e a faixa litoral norte concentram a maior parte da população economicamente ativa, a indústria e o sistema econômico predominante, o que acentua essas desigualdades.

Nesse contexto, as universidades têm assumido um papel fundamental na promoção e desenvolvimento desses territórios, principalmente no interior. Elas conseguem atrair e fixar jovens, bem como promover tecnologia e inovação, incluindo inteligência artificial. A Universidade de Évora, por exemplo, tem um campus tecnológico com parcerias junto a empresas e outras entidades locais, atuando como motor de desenvolvimento para a região. O mesmo ocorre em outras universidades do interior, como as de Covilhã, Bragança e Trás-os-Montes, que têm conseguido atrair estudantes e, muitas vezes, mantê-los após a formação, evitando o êxodo para o litoral.

O Algarve, no Sul, é uma exceção em termos de atratividade, mas seu mercado de trabalho é sazonal, concentrado no verão e focado no turismo, hotelaria e restauração. Já o litoral Norte, por outro lado, mantém um setor industrial constante e robusto, sustentando uma população mais numerosa e economicamente ativa.

Outro desafio significativo em Portugal é o inverno demográfico, um fenômeno que atinge toda a Europa. A taxa de natalidade portuguesa está em torno de 1,2 há anos, o que é insuficiente para repor as gerações. Para enfrentar essa situação, a imigração tem desempenhado

um papel essencial, especialmente no mercado de trabalho. Muitos imigrantes, vindos de países como Nepal, Índia, Paquistão, Afeganistão, Bangladesh e China, têm ocupado postos menos qualificados, como em restauração, hotelaria e serviços de limpeza, que frequentemente não atraem a mão de obra portuguesa.

Por outro lado, há também uma imigração altamente qualificada, como a brasileira, que tem contribuído em áreas como marketing, medicina dentária e estética. Esse fluxo apresenta dois sentidos: imigrantes com alto nível acadêmico e profissional, e outros que preenchem lacunas em setores menos qualificados.

Portanto, as universidades, junto com políticas de incentivo ao desenvolvimento e à imigração, são hoje respostas essenciais para fixar a população, atrair jovens e evitar que essas regiões, especialmente o interior, se tornem desérticas.

Tema: Desafios contemporâneos da docência em Portugal

Entrevistadores:

Professora, de acordo com o Relatório Educação em Números Portugal 2023, publicado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, a composição etária dos docentes do primeiro ciclo do ensino básico passou por uma transformação significativa. Em 2005, professores com menos de 30 anos representavam 17,9% do total, mas em 2022 esse número caiu para apenas 2,2%. Em contrapartida, o percentual de professores com mais de 50 anos aumentou de 21,9% para 43,9% no mesmo período. Quais são, então, os principais desafios que Portugal enfrenta em decorrência do envelhecimento do corpo docente? E de que maneira o país tem abordado esses desafios atualmente?

Professora Marília Favinha:

Atualmente, Portugal enfrenta um desafio significativo no sistema de ensino: quase 50% dos professores estarão aposentados nos próximos sete anos. Essa questão já era visível há anos e foi amplamente discutida, mas não houve um planejamento estratégico adequado, seja por governos de esquerda ou de direita.

O problema tem diversas causas. Primeiro, há um envelhecimento da classe docente, fruto de uma má gestão ao longo dos anos. A profissão perdeu seu prestígio simbólico, especialmente para os mais jovens. A carreira docente, que antes era valorizada, hoje se tornou pouco atrativa devido a remunerações baixas e à falta de políticas efetivas para retenção de talentos.

Em instituições como a Universidade de Évora, por exemplo, há casos em que cursos abrem vagas e não recebem candidatos. Além disso, o déficit de professores é evidente e afeta todo o país. Enquanto há alguns anos tínhamos excesso de professores, hoje o cenário é oposto: faltam docentes, sobretudo em áreas específicas, como tecnologia. Um exemplo claro é a dificuldade em encontrar professores de informática. Profissionais qualificados na área preferem trabalhar em empresas, onde conseguem salários significativamente melhores do que os oferecidos pelo sistema de ensino.

Outro ponto relevante é a distribuição dos professores no território nacional. Muitos jovens professores que ingressam na carreira enfrentam dificuldades ao serem colocados em regiões distantes de suas residências, como Lisboa ou Algarve, que são zonas com alto custo de vida devido ao turismo. Isso desestimula ainda mais os novos ingressos na profissão, pois a remuneração não cobre os custos com moradia e deslocamento. Nesse sentido, seria necessário um apoio estatal, com subsídios ou incentivos que cobrissem essas despesas.

Para tentar mitigar o problema, o governo anterior implementou medidas, como a reconversão de profissionais que haviam saído do sistema e a tentativa de trazer professores aposentados de volta às escolas. No entanto, essas iniciativas tiveram pouco impacto. Primeiro, porque economicamente não é vantajoso para um aposentado retornar à sala de aula. Segundo, porque o desgaste físico e emocional enfrentado pelos docentes, sobretudo os mais velhos, é significativo.

Além disso, é importante considerar que os alunos de hoje demandam respostas pedagógicas muito mais dinâmicas, e isso pode ser um desafio para professores que já estão há mais tempo na profissão.

Portanto, a situação atual era previsível e demanda ações urgentes e estruturadas. É preciso revalorizar a profissão docente, tanto do ponto de vista simbólico quanto financeiro, além de oferecer melhores condições de trabalho e incentivos para os jovens ingressarem e permanecerem na carreira. Se nada for feito, a falta de professores no sistema de ensino português tende a se agravar nos próximos anos.

Entrevistadores:

Parece que o Brasil está caminhando para uma situação semelhante à de Portugal. Com o envelhecimento da população, teremos desafios no campo educacional, especialmente em relação à valorização e atratividade da carreira docente. Como a Professora mencionou, há uma crise nas licenciaturas. Não se sabe, de fato, como tornar essa formação mais atrativa para os jovens. A falta de novos professores no sistema é uma realidade preocupante, e medidas

paliativas, como trazer professores aposentados de volta às salas de aula, funcionam apenas como um remendo temporário. Trata-se de um "paciente em fase terminal" que ganha, no máximo, mais alguns anos de sobrevivência. Essas soluções não resolvem o problema estrutural: a necessidade de formar e atrair novos docentes para que possamos enfrentar os desafios futuros. Sem um planejamento eficaz e ações concretas, o cenário tende a piorar ainda mais.

Professora Marília Favinha:

Sim, isso mesmo. Por exemplo, mesmo que surja uma legislação mais atrativa agora, que incentive a formação de professores, o impacto dessa medida só será visível em cinco anos. Um professor, após iniciar sua formação, leva três anos de licenciatura mais dois anos de mestrado para estar pronto para atuar. Isso significa que, sem ações imediatas, teremos mais alguns anos de déficit de professores e situações insustentáveis, como a sobrecarga de horas dos docentes que permanecem no sistema.

Hoje, já assistimos a professores que cumprem 22 horas semanais, conforme o contrato do ensino básico e secundário, e são obrigados a realizar horas extraordinárias. Isso leva inevitavelmente a um abaixamento da qualidade de ensino. É impossível esperar o mesmo rendimento de um professor que cumpre 28 horas, além do tempo necessário para preparação de aulas e correções. A fadiga se acumula e a resposta ao aluno perde qualidade.

O mais preocupante é que essa crise não é uma novidade. Há anos sabemos do envelhecimento do corpo docente, do fechamento das licenciaturas em diversas áreas e da falta de atratividade da carreira. Como exemplo, nos anos 90, na Universidade de Évora, tínhamos licenciaturas em todas as áreas: Matemática, Língua Portuguesa, Biologia-Geologia, História, entre outras. Hoje, muitas dessas ofertas foram encerradas.

No início dos anos 2000, vivemos um "boom" no ensino do espanhol, com a necessidade de reconversão dos professores de Português-Francês. Atualmente, voltamos a enfrentar falta de candidatos em cursos essenciais, como Matemática e Inglês. Áreas como Geografia, por exemplo, estão em colapso: um único professor cobre 10 turmas; se faltar, o impacto recai sobre centenas de alunos.

As tentativas recentes de solução, como a recontração de professores aposentados ou o retorno de profissionais afastados da carreira, não têm surtido efeito. Além de pouco atrativas financeiramente, essas medidas são paliativas e não resolvem o problema estrutural. Jovens recém-formados têm entrado no sistema, mas não em número suficiente para suprir a demanda crescente.

Se nada for feito agora, o cenário será ainda mais grave nos próximos anos. O sistema educacional precisa urgentemente de um planejamento estratégico para atrair novos profissionais, valorizar a carreira docente e evitar um colapso que já se avizinha.

Tema: O processo formativo de professores em Portugal

Entrevistadores:

A formação de professores é essencial para a educação, seja para manter e perpetuar o sistema educacional vigente, seja para promover mudanças que criem novas realidades. Esta formação é a base para concretizar tanto transformações quanto a manutenção do *status quo*, para inovar ou replicar práticas já existentes. Nesse sentido, a professora poderia apresentar um panorama desse processo formativo em Portugal? Quais etapas formativas o indivíduo precisa atravessar para atuar na educação básica portuguesa?

Professora Marília Favinha:

Sobre a educação básica, é importante destacar que, em Portugal, a legislação atual exige que os professores possuam grau de mestre para poderem lecionar. No entanto, essa exigência tem enfrentado algumas exceções recentemente. Até cerca de quatro anos atrás, a contratação de professores era centralizada pelo Ministério da Educação e restrita a mestres. O processo segue uma ordenação nacional, baseada na classificação final do curso e nos anos de serviço, com a distribuição feita por zonas, denominadas "quadros de zona".

Antigamente, antes da implementação do Processo de Bolonha, tínhamos licenciaturas de 5 anos, que combinavam a formação científica e pedagógica de forma integrada. Por exemplo, eu mesma fiz uma licenciatura desse modelo, que incluía um estágio pedagógico no último ano. Atualmente, o modelo de formação é 3+2, ou seja, 3 anos de licenciatura seguidos de 2 anos de mestrado, resultando no grau de mestre, condição necessária para o ingresso na docência.

No ensino superior, a situação é ainda mais rigorosa. Os concursos para contratação são públicos, internacionais e extremamente competitivos. Hoje em dia, dificilmente alguém entra para lecionar no ensino superior português sem possuir o grau de doutor. Há, inclusive, um "excesso" de doutores em praticamente todas as áreas, o que torna a competição mais acirrada. Apenas em áreas muito específicas pode haver exceções, mas elas são raríssimas.

Por conta desse cenário, muitos jovens, ao saírem da licenciatura, optam por dar continuidade direta aos estudos, realizando mestrados e doutorados consecutivos. Isso faz com que, atualmente, muitos doutores em Portugal sejam jovens, ainda no início de suas carreiras, e estejam preparados para ocupar as vagas disponíveis no ensino superior. Quando surgem concursos, a tendência é que todos os candidatos já possuam doutorado.

Tema: Currículo e formação de professores

Entrevistadores:

Professora, recentemente, em meados de maio, tivemos a edição da Resolução 04/2024 do Conselho Nacional de Educação, que trata das políticas curriculares para a formação de professores. Essa nova resolução revoga as anteriores, como a 02/2019 e a 02/2015, o que significa que, em menos de 10 anos, já tivemos três resoluções com diretrizes para a formação docente. Esses documentos, em geral, apresentam competências e habilidades, com quadros bastante detalhados sobre o que se espera que o professor saiba, especialmente no sentido prático, na perspectiva do "saber fazer". Nesse sentido, em Portugal, existe uma política currículo de formação de professores mais estabilizada no tempo ou o país também enfrenta mudanças constantes nessa área?

Professora Marília Favinha:

Portugal passou recentemente por uma mudança política, saindo de um governo de esquerda para um governo de direita. Isso é significativo, pois há muitos anos não tínhamos a direita no poder, e estamos agora numa fase inicial, aguardando para ver quais alterações concretas esse novo governo implementará.

Uma das principais promessas desse governo foi uma revisão curricular, especialmente na disciplina de Cidadania. Essa matéria tem sido criticada por setores conservadores, que alegam que ela promove uma "agenda ideológica de esquerda" ao abordar temas como gênero, sexualidade e discriminação. Para essas correntes mais conservadoras, tais temas deveriam ser tratados apenas no ambiente familiar, e não na escola.

No entanto, essa proposta gerou divergências públicas. Enquanto o primeiro-ministro destacou a intenção de "mexer" no currículo durante a campanha eleitoral e em discursos recentes, o Ministro da Educação praticamente desmentiu essa intenção, afirmando que o programa atual atende perfeitamente aos interesses dos cidadãos e da formação escolar.

Até agora, nada foi alterado de fato. O que temos no momento é o Decreto-Lei 55/2018, implementado pelo governo anterior, que dá autonomia às escolas e aos professores. Com base nesse decreto, os docentes podem adaptar os currículos a partir das aprendizagens essenciais, levando em consideração o contexto local, o diagnóstico territorial e as necessidades dos alunos.

Esse modelo de gestão curricular, descentralizado e mais flexível, permite que até 25% do currículo seja alterado sem necessidade de autorização superior. Alterações entre 25% e 50% exigem um projeto e aprovação, mas geralmente isso não enfrenta obstáculos. Isso oferece uma margem significativa para que as escolas façam ajustes curriculares e desenvolvam projetos interdisciplinares.

Portanto, no momento, não temos reformas curriculares macrocéfalas ou verticais, impostas diretamente pelo governo. Embora isso tenha sido uma promessa eleitoral, ainda não houve qualquer movimento nesse sentido. O Ministro da Educação, inclusive, em suas intervenções públicas recentes, como na Universidade de Évora, não fez menção a mudanças profundas no currículo.

Em resumo, estamos numa fase de expectativa. Temos um novo governo, com promessas de mudanças, mas, por enquanto, o que está em vigor é o modelo descentralizado do Decreto-Lei 55/2018, que já dá significativa autonomia às escolas. Vamos aguardar os próximos passos e verificar se haverá alterações de fato.

Entrevistadores:

Professora, a respeito de política curricular, temos no Brasil a BNCC, que é um documento mandatório que define as competências e habilidades que as crianças devem desenvolver desde a educação infantil até os anos iniciais e finais do ensino fundamental e o ensino médio. Embora tenha sido uma base importante, foi criada de forma apressada em meio às pressões políticas e educacionais, o que gerou muitas críticas no Brasil. Diante desse contexto, seria interessante ouvir a professora sobre como está organizada a estrutura curricular em Portugal. A senhora já mencionou anteriormente algumas mudanças nos últimos governos, como a junção de áreas ou ajustes. Então, como está estruturado atualmente o currículo nacional no país? Além disso, seria interessante saber qual é a sua concepção pessoal sobre esse modelo: a senhora acredita que um processo de centralização ou descentralização da gestão curricular é mais adequado? Quais são os pontos positivos e negativos que observa nesse contexto em Portugal?

Professora Marília Favinha:

O sistema de ensino português ainda é altamente centralizado, com uma única lei base para a educação, a Lei de 1986, que sofreu poucas mudanças ao longo do tempo. O modelo português se distingue de países como a Espanha, em que a diversidade cultural e linguística exige currículos regionais. Em Portugal, a tradição e a história do país, com fronteiras definidas desde o século XII e uma língua única, sustentam a ideia de um currículo nacional único, que é adaptado conforme as especificidades locais, mas sem grandes variações regionais.

Nos últimos anos, observou-se uma mudança na lógica de descentralização, com um movimento para a municipalização. Isso significa que as responsabilidades, como a gestão dos transportes escolares, alimentação dos alunos, e atividades extracurriculares, estão sendo transferidas para os municípios. Além disso, a contratação de funcionários auxiliares e o financiamento de serviços educacionais também passaram para as prefeituras (câmaras municipais). Esse modelo, embora descentralizado em alguns setores, ainda não representa uma verdadeira descentralização de poder, pois a gestão pedagógica e as direções gerais continuam centralizadas no governo.

Portanto, estamos caminhando em direção a uma descentralização mais financeira e operacional, com um foco maior nas realidades locais, mas sem que isso altere substancialmente o poder central sobre o currículo e a estratégia educacional do país.

Esse processo de municipalização tem se mostrado positivo em áreas como gestão de recursos e adequação às realidades locais, mas a verdadeira descentralização no poder educativo permanece limitada. Em comparação com o Brasil, onde a BNCC busca garantir um currículo nacional com adaptações regionais, a abordagem de Portugal ainda é mais centralizada, com adaptações pontuais em níveis operacionais.

Entrevistadores:

Certo, mas esse processo de municipalização pode ser visto como um indicativo de uma descentralização? Talvez o Estado esteja caminhando para isso de alguma forma?

Professora Marília Favinha:

Sim, algumas áreas que antes estavam sob a tutela do estado passaram para a gestão dos municípios, permitindo uma administração mais próxima das necessidades locais. Nesse sentido, pode-se considerar que há uma descentralização.

Entrevistadores:

Como a senhora avalia a descentralização? Seria algo interessante para a educação portuguesa?

Professora Marília Favinha:

Sim, está sendo interessante, mas ainda há alguma resistência, pois os municípios frequentemente pedem mais financiamento para implementar essas mudanças. Há um jogo entre o poder central e os municípios, com os segundos alegando falta de capacidade financeira. Contudo, há uma articulação interessante entre esses dois níveis de governo em algumas questões, o que tem levado a respostas mais efetivas.

Tema: Acordo de Cooperação Internacional – Universidade de Évora e Universidade Estadual de Londrina

Entrevistadores:

Professora, recentemente, a senhora esteve na Universidade Estadual de Londrina (UEL) participando de uma semana de atividades acadêmicas e institucionais. Sabe-se que a Universidade de Évora, em Portugal, firmou um acordo de cooperação internacional com a UEL, possibilitando a mobilidade de professores e estudantes, cooperação em projetos de relevância social e transferência de tecnologia. Nesse contexto, quais são os principais impactos dessa relação institucional para ambas as instituições no que tange à formação de professores? Que aproximações entre essas universidades poderiam contribuir para esse processo formativo?

Professora Marília Favinha:

Do ponto de vista pessoal, foi um momento enriquecedor, realmente único, para compartilhar e vivenciar um pouco da realidade de vocês aí no campus. Tive a oportunidade de trazer para Portugal muitos dos relatos que colhi durante minha visita a creches, escolas e na universidade, em encontros com professores e colegas. Isso foi muito gratificante, pois é uma troca que levamos conosco e, naturalmente, passamos para nossos alunos. Trabalho muito com alunos de licenciatura em Ciências da Educação, que futuramente se tornarão técnicos superiores, e muitos deles ingressam em organismos nacionais e internacionais, como as prefeituras e municípios. As experiências e aprendizados que vivi no Brasil são compartilhados com eles, o que tem sido muito interessante. Também acredito que algumas práticas brasileiras

influenciam o desenvolvimento de atividades aqui em Portugal. Vejo um grande potencial nesse protocolo, que considero de interesse para o futuro. Acredito que podemos estreitar ainda mais essa proximidade, desenvolvendo atividades conjuntas, criando parcerias para disciplinas de graduação e pós-graduação, além de promover intercâmbios em bancas de mestrado e doutorado. Essas trocas, como orientações conjuntas e outras iniciativas, são fundamentais para desenvolver nossa produção acadêmica e ampliar o nosso conhecimento, além de nos permitir conhecer novas realidades e modelos, o que é extremamente importante.

Tema: Intercâmbio entre os países lusófonos

Entrevistadores:

A sua atuação em países como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil é amplamente reconhecida. Recentemente, como mencionado, a senhora participou de atividades acadêmicas institucionais em universidades brasileiras. A partir dessas experiências, qual é a importância do intercâmbio cultural, científico e pedagógico entre os países lusófonos? Quais seriam as principais contribuições que Portugal pode oferecer a esses países, e o que Portugal também pode aprender com as demais nações do círculo lusófono?

Professora Marília Favinha:

Tem sido uma experiência muito enriquecedora, especialmente com Angola e São Tomé e Príncipe, com os quais tenho trabalhado mais intensamente. Recentemente, comecei também a colaborar com Cabo Verde e Moçambique, pois recebemos alunos moçambicanos que vêm fazer graduação e pós-graduação conosco. No entanto, minha experiência no terreno em Moçambique ainda é limitada. Com Angola e São Tomé, estou envolvida desde 2008 e 2016, respectivamente, e temos desenvolvido um trabalho muito intenso em diversas áreas. No caso de Angola, já oferecemos pós-graduação diretamente no país, com protocolos variados de apoio a universidades, em diferentes níveis. É importante lembrar que muitas das leis educacionais desses países, que têm o português como língua oficial, se baseiam no sistema educacional português, e a nossa lei de 1986 foi a base para a criação das leis educacionais nesses países.

Com São Tomé, o trabalho tem sido ainda mais relevante, pois temos sido chamados como parceiros, juntamente com outras instituições acadêmicas portuguesas, e até pelo Ministério da Educação de São Tomé. Recentemente, integramos o projeto "Erguedes", uma plataforma que envolve universidades e instituições públicas e privadas, com o objetivo de

melhorar a formação de professores, atualizar manuais escolares, e atuar na supervisão e atualização tecnológica, entre outros. Este projeto é uma continuidade de outro que também participei, focado no desenvolvimento de competências em várias áreas, incluindo administração educacional e formação de lideranças nas escolas.

Esse tipo de parceria tem gerado impacto real nos sistemas educacionais desses países, que enfrentam diversos desafios. A língua comum facilita muito a aproximação, especialmente com Angola e Brasil, que têm uma tradição de proximidade com Portugal. A proximidade linguística tem sido fundamental para a troca de experiências e para o desenvolvimento de projetos educacionais de qualidade nesses países. Recentemente, também fui convidada pela agência de acreditação de Cabo Verde para dar parecer sobre a criação de novos cursos e pós-graduação no país.

Esse caminho de parcerias tem sido fundamental, respeitando sempre as necessidades e contextos específicos de cada país, pois sabemos que suas realidades e exigências não são iguais às de Portugal. O importante é adaptar nossas experiências e conhecimentos para fornecer respostas que realmente atendam às necessidades das populações locais.